



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

* MINUTA DE DOCUMENTO

Anexo II - Contrato para fornecimento de material e mão de obra necessários para execução da Galeria dos Ouvidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, firmado entre a União, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n. **XXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na Rua **XXXXXX**, **XXX**, Bairro **XXXXX**, **XXXXXXXX**, CEP **XXXXXXX**, e-mail: **XXXXXXXXXX**, Telefone/fax: (XX) **XXXX-XXXX**, (XX) **XXXX-XXXX**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominado Contratado, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Procedimento Administrativo SEI 0001076-10.2022.6.12.8000 – **Dispensa de Licitação (Art. 24, inc. I da Lei nº 8.666/93)**, e proposta da contratada, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de todo material e mão de obra necessários para execução da Galeria dos Ouvidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, conforme Termo de Referência e detalhamento constante do projeto executivo e memorial descritivo, que são partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O detalhamento dos serviços estão elencados no **CAPÍTULO I - DO OBJETO** e **CAPÍTULO V - DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência (anexo I).

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto será indireta sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser extinto antes deste prazo pela total resolução do objeto contratado ou prorrogado no caso de não conclusão dos serviços.

4.2. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

a) Prazo de início: a partir da data do recebimento pela contratada da comunicação autorizando o início das atividades (Ordem de Serviço) pela fiscalização.

b) Prazo para entrega final do objeto: até 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades.

4.3. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão, entrega e desempenho dos serviços, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93, ou por autorização expressa da Administração, mediante análise do caso.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual exercício 2018, para a Unidade 14112: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, Ação: xxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxxxxxx, Elemento de despesa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor total do contrato é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxx)**, conforme Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.2. O pagamento será efetuado em até 02 (duas) parcelas, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados a partir da apresentação pela contratada todos os documentos elencados no Capítulo IX do Termo de Referência e do ateste da Nota Fiscal pela Fiscalização, que o fará após a análise dos serviços entregues e emissão dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo.

7.2.1. Para efeitos de execução e pagamento das parcelas, será obedecido a seguinte proporção, desde que cumpridos os requisitos especificados no Capítulo V para as etapas abaixo:

- a) Entrega dos Serviços de Marcenaria, conforme especificado no Capítulo V, item 1, alínea "a": **60% do valor total da contratação;**
- b) Entrega do restante dos serviços: **40% do valor total da contratação;**

7.3. O pagamento será realizado mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento, devendo ser apresentados juntamente com a Nota Fiscal/fatura os seguintes documentos:

- a) **CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, devidamente válida, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda), No corpo dessa Certidão, deve constar a seguinte redação: "abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.", que se referem aos débitos previdenciários (INSS);
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**, emitida pela Justiça do Trabalho;
- d) **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante;

7.4. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.5. A nota fiscal/fatura deverá destacar todos os tributos que serão retidos na forma estabelecida pelas Resoluções da Secretaria da Receita Federal, devendo a contratada, antes da emissão da nota, entrar em contato com a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade do TRE/MS, pelo telefone (67) 2107-7000, solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

7.6. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

7.7. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, desde que tal delonga não seja motivada pelo contratado, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365$ onde $I = (6/100) / 365$.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/01, não haverá reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

8.1.1. No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.1.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.1.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.2. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3. Ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato no caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. São direitos e deveres do contratante aqueles previstos no Capítulo XIII do Termo de Referência e ainda:

- a) Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa ao local dos trabalhos, desde que respeitados os horários previamente estipulados pelo Tribunal;
- b) Fornecer toda informação necessária a perfeita execução do serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da contratada estão previstas no **CAPITULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. As disposições atinentes à fiscalização dos serviços estão previstas no **CAPITULO VII - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. As disposições quanto ao recebimento do serviços estão previstas no **CAPITULO XIV - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência.

12.2. O Recebimento definitivo dos serviços não isenta a empresa de realizar, a suas expensas, qualquer necessidade de correção, complementação ou alterações caracterizadas como falhas ou omissões do projeto, e identificadas durante a execução futura dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

13.2. Será aplicada ADVERTÊNCIA nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados.
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

13.3 Será aplicada **MULTA**, da seguinte forma:

a) de **5%** sobre o valor total do contrato, após a segunda ocorrência de advertência da mesma natureza;

b) de **0,1%** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, pelo **atraso injustificado do início dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

c) de **2%** por dia de **atraso na entrega dos serviços**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 dias. Após o décimo dia a multa diária passará a 5% (cinco por cento); após o décimo quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

d) de **5%** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e no encaminhamento do documento fiscal hábil** (nota fiscal) para pagamento;

e) de **5%** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Projeto Básico ou de ordens da fiscalização.

f) de **10%** sobre o valor total do contrato, caso **não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em Lei;

g) de **30%** do valor total do contrato, caso a contratada, **por sucessivas falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

13.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.6. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.6.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

14.2. Fica desde já consignado neste termo a expressa anuência da contratada com a possibilidade de aplicação do disposto no inciso II, do § 2º, artigo 65, da Lei 8.666/93, a critério da Administração, não havendo necessidade de posterior termo ratificando tal prerrogativa.

14.3. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.4. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato **unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) Determinada por ato **unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, devidamente motivada, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, reduzida a termo no Processo Administrativo.

c) **Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo, ficando previamente consignada neste termo a anuência das partes com o previsto no inc. II do art. 79 da Lei 8.666/93.

d) **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

14.5. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.7. No caso de rescisão motivada pelo inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

17.1. É vedado a CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. A CONTRATADA, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – e a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.3. A CONTRATADA será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

17.4. A CONTRATADA deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça ao CONTRATANTE tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD.

17.5. A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual.

17.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

17.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.8. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

17.9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção

de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.10. O CONTRATANTE E A CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.12. CONTRATANTE E A CONTRATADA se comprometem ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS FUNDAMENTOS

18.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

18.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

18.3. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

19.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

19.2.1. Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam este contrato, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxxxxx de 2022.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
xxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA BARBOSA DE OLIVEIRA**, Chefe de Seção em **Substituição**, em 02/02/2023, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1387663** e o código CRC **C76D1C16**.